

ESTUDOS SETORIAIS

298

EDITORIAL E
GRÁFICA

EX.1

BNDE

A INDÚSTRIA EDITORIAL DE
LIVROS NO BRASIL

Autor: Banco Nacional do Desenvolvimento
Título: Indústria editorial de livros no Brasil, a.



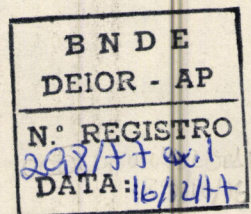
6417001

Ac.64170

Ex.1 BNDES COPED

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A INDÚSTRIA EDITORIAL
DE LIVROS NO BRASIL



ESTUDOS
SETORIAIS

Rio de Janeiro
1974

1.0 - O MERCADO

1.1 - EVOLUÇÃO NO PERÍODO RECENTE

Neste pós-guerra, em decorrência do desenvolvimento econômico, do aumento da população e de sua simultânea urbanização, da expansão dos meios de difusão e do notável crescimento da escolarização, constituiu-se no país mercado para livros, de dimensões representativas. Embora não se disponha de instrumentos aferidores precisos, a oferta de livros parece ter acompanhado, em certa medida, o crescimento da demanda, graças sobretudo ao processo de especialização das editoras e ao apoio oficial. Somente nos anos recentes as iniciativas editoriais apoiadas na propaganda e no aprimoramento da distribuição adquirem significado.

Por volta de 1944, estimava-se que a tiragem total dos livros editados no Brasil ascendia a 8 milhões de exemplares. Essa cifra expande-se largamente, sobretudo nos anos cinquenta. Em meados do decênio equivale a mais de 20 milhões e, nos fins da década, a cerca de 40 milhões. Em 1963 e 1964, oscilava pouco acima dos 50 milhões.

O número de títulos editados alcança 4 mil, no último biênio (1963/64).

No período 1969/72, o mercado cresceu segundo taxa da ordem de 8,5% anuais, cuja manutenção propiciaria estes resultados:

<u>Anos</u>	<u>Exemplares (Em Milhões)</u>
1969	68,1
1971	80,2
1972	86,6 (1)
1973	93,5 (2)
1974	101,0 (2)

Fonte: (1969/72) - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

- (1) Dados corrigidos (Ver Anexo).
(2) Estimativa.

O número de títulos elevou-se a 7.000.

A expansão dos anos recentes pode ser creditada a duas circunstâncias básicas:

- 1ª. Crescimento do mercado para livros didáticos e apoio oficial com vistas ao seu atendimento; e
- 2ª. introdução de novas modalidades de distribuição.

Em relação ao primeiro dos processos assinalados, cabe indicar que a matrícula no ensino fundamental (até recentemente denominado de primário e secundário) registra incremento médio anual de 6,8%, entre 1966 e 1972, enquanto no ensino superior, em idêntico período, cresce 15,5% anualmente. Em números absolutos, tais são os levantamentos disponíveis:

Discriminação	Pessoas				
	1966	1967	1968	1970	1972
<u>Matrícula no Ensino Fundamental</u> (em milhares)	<u>13,2</u>	-	<u>15,1</u>	<u>16,9</u>	<u>19,6</u>
- Primeiro Grau ...	10,7	-	11,9	12,8	14,0
- Segundo Grau	2,5	-	3,2	4,1	5,6
<u>Matrícula no Ensino Superior</u> (em mil) .	<u>173,8</u>	<u>212,8</u>	<u>278,3</u>	-	<u>476,2</u>

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Quanto à distribuição, a novidade essencial consiste na utilização da rede de bancas de jornal, por algumas editoras, o que lhes tem assegurado a manutenção de grandes tiragens. Com vistas à avaliação do impacto representado pela providência, basta ter presente que o número de bancas de jornal, em todo o país, ascende a 18 mil enquanto as livrarias totalizam apenas 1.300.

A experiência vem sendo generalizada, com a instalação de venda de livros em farmácias e em cinemas, esperando-se que possa estender-se também aos supermercados.

1.2 - TIPOLOGIA DAS EDIÇÕES

Os livros editados no Brasil podem ser agrupados como segue:

- I. Didáticos.
- II. Técnico-científicos.
- III. Literários e Ensaaios.
- IV. Edições para Venda em Massa.
- V. Grandes Coleções.
- VI. Arte, Religiosos, Propaganda e Livros Infantis.

Os livros didáticos correspondem aos manuais e compêndios, bem como aos denominados livros-textos, para utilização seja por alunos seja por professores. Na classificação vigente - apresentada no Anexo - abrangem apenas os manuais destinados ao ensino fundamental e os livros arrolados nas rubricas: ensino e educação. Equivalem à maior parcela do mercado. Estima-se que sua tiragem global haja ascendido a mais de 40 milhões de exemplares, em 1972 e a cerca de 45 milhões, em 1973, ascendendo, portanto, a aproximadamente 50% do mercado. O grupo considerado distingue-se ainda pelo fato de que tem merecido significativo apoio governamental. Assim no biênio 1972/1973, os livros didáticos publicados com apoio oficial (coedições) totalizaram 37,8 milhões de exemplares, ou seja, 45% da tiragem global.

São classificados como livros técnico-científicos as obras de economia, filosofia, sociologia, engenharia, etc., que, embora possam ser arrolados, em certos casos, entre os livros didáticos, em geral interessam a público mais amplo. Os títulos editados alcançam número representativo, desde que tem ascendido, nos anos recentes, a cerca de mil. As tiragens, contudo, ainda são muito limitadas, salvo circunstâncias especiais, e oscilam em torno de três mil exemplares, na maioria dos casos. As exceções contribuem, contudo, para elevar a média geral, que tem alcançado entre 7 e 8 mil. (1) Essa parcela tem correspondido a pouco menos de 10% da tiragem global, devendo equivaler, em 1974, a pelo menos 10 milhões de exemplares.

Em vista da classificação vigente, torna-se difícil isolar os livros literários tanto dos ensaios como das edições

(1) Ver Quadros VI e IX, do Anexo I.

para venda em massa (pocket-book, séries para venda em banca de jornais, edições especiais para distribuição fora da rede convencional de livrarias, etc.). Tomados englobadamente têm correspondido a 20% do mercado (aproximadamente 15 milhões em 1972; 18 milhões em 1973 e 20 milhões em 1974).

As últimas classes (grandes coleções, livros de arte, religiosos, infantis, etc.) têm em comum a circunstância de que se dirigem a parcela limitada do público ou não se orientam pelo critério do lucro, como é o caso das editoras de livros religiosos. Na impossibilidade de tomá-los discriminadamente, em face das limitações estatísticas, e considerando-os globalmente, correspondem a 20% do mercado.

Partindo-se de valores arredondados, resultantes da análise crítica das estatísticas disponíveis, inserida no Anexo, pode-se tomar por base o seguinte dimensionamento indicativo do mercado, segundo suas grandes parcelas:

Discriminação	Exemplares (Em Milhões)		
	1972	1973	1974
Livros Didáticos	43,3	45,0	50,0
Técnico-científicos	8,6	9,4	10,0
Literários e Ensaio ...	15,0	18,0	20,0
Arte, Religiosos, Grandes Coleções, etc.	19,7	21,1	21,0
<u>Total</u>	<u>86,6</u>	<u>93,5</u>	<u>101,0</u>

1.3 - DIMENSIONAMENTO DO MERCADO POTENCIAL

A configuração do mercado livreiro de determinado país depende dos seguintes elementos:

1. Língua;
2. nível de renda, e
3. padrões culturais.

Não cabe considerá-los de forma isolada.

A língua circunscreve o livro a uma base territorial limitada ou a amplia de modo significativo. O exemplo mais sintomático é representado pelos países de língua inglesa. Os Estados Unidos lideram a produção mundial de livros, com a edição anual de 60 mil títulos, enquanto a Inglaterra, com população e níveis de renda que nem de longe se equiparam aos Estados Unidos, ocupa posição das mais destacadas com 30 mil títulos/ano. As tiragens globais alcançam vários milhões de exemplares e as edições circulam na maioria dos países desenvolvidos e não apenas nos que os editam (Estados Unidos e Inglaterra). O Japão também imprime em inglês boa parte de sua produção editorial, tanto por questões de custo, quando se trata de textos de autores ingleses ou americanos, como pelas limitações impostas pela língua original, quando se trata de tornar conhecidos, em outras partes do mundo, autores locais.

A Alemanha Ocidental inclui-se entre os grandes, com média anual de 30 mil títulos e tiragens igualmente colossais. Também a França e a Espanha participam, em menor escala, é certo, desse clube fechado, fazendo circular em torno de 20 mil títulos/ano. É que, ambos, não têm seus mercados editoriais limitados às metrópoles. Os livros franceses, além de circularem em todos os países desenvolvidos, são largamente difundidos na África e na Ásia, onde é a língua verdadeira das parcelas mais cultas da população de diversas nações. O mercado da indústria espanhola de livros abrange toda a denominada ibero-américa.

A circunstância deve ser enfatizada porquanto o Brasil não pode aspirar a uma posição assemelhada à dos países mencionados, desde que o português limita a base territorial do mercado. Em vista do fato, é provável que o número de títulos edi-

tados anualmente no país (7 mil em 1972) já haja ascendido a níveis razoáveis (1), cumprindo sobretudo alcançar a ampliação das tiragens.

No caso particular do Brasil, inexistindo estudos de renda de consistência irretorquível, o mercado livreiro pode ser dimensionado de forma indireta a partir dos seguintes contingentes: população escolar e parcelas da força de trabalho de irretorquível poder aquisitivo. A fim de compor modelo simplificado, admite-se que o primeiro grupo esgota a demanda de livros didáticos (exclusive os requeridos pelos alunos da Universidade) enquanto o segundo a parcela restante, com as qualificações pertinentes.

As disciplinas podem ser reduzidas a dez: ciências exatas (física, química e biologia); matemática; línguas (português e uma estrangeira); história (mundial e do Brasil) e geografia (mundial e do Brasil). Cada disciplina exige pelo menos um manual em cada ciclo da antiga seriação (primário, ginásial e colegial), ou seja, três compêndios por disciplina, perfazendo o total de trinta. Em suma, cada membro dessa comunidade "consumiria", ao longo desse ciclo, cerca de trinta livros. Como sua duração equivale a 13 anos, cada aluno/ano requereria 2,3 livros.

Na atualidade (1974), a população escolar do país ascende a 25 milhões de pessoas (exclusive universitários). Assim, teríamos que a demanda equivaleria a 57,5 milhões de exemplares.

A hipótese é, sem dúvida, assaz simplificadoria. Contudo, sugere que essa parcela do mercado estaria razoavelmente atendida, na eventualidade de que se alcançasse universal padronização dos compêndios. Embora a extrema variação não seja a forma adequada - havendo esforço conjunto de parte das autoridades, da parcela mais responsável do magistério e da indústria editorial, no sentido de desenvolver, conjuntamente, o aprimoramento e a redução de alternativas - tampouco a uniformidade generalizada seria desejável. Supondo-se que o índice correto de renovação não deveria ultrapassar de 25%, o mercado de livros didáticos alcançaria 70 milhões de exemplares, com uma taxa de crescimento nunca inferior a 10% anuais. (2)

(1) A Argentina e o México editam entre 4 e 5 mil títulos/ano.

(2) No documento constante do Anexo, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros adota estimativa superior a 100 milhões de exemplares. Embora essa avaliação possa achar-se mais próxima da realidade, não são apresentados os critérios utilizados.

Para efeito de dimensionamento da parcela a que corresponderia o mercado de livros técnico-científicos, literários e ensaios e edições para a venda em massa, cabe considerar os grupos de melhor padrão de renda e de mais altos níveis culturais. Seriam representativos desse último os universitários, o magistério secundário e superior e os profissionais liberais. Considerados os mais recentes levantamentos, (1) devem corresponder, em 1974, a cerca de 2 milhões de pessoas.

Na última pesquisa da força de trabalho divulgada pelo IBGE, relativa ao quarto trimestre de 1972, seu número elevava-se a 27,3 milhões, exclusive membros da família sem remuneração (5,5 milhões) fenômeno encontrado no meio rural. Os empregadores ascendiam a 1.383 mil, os autônomos, pequenos empregadores e afins a 7,9 milhões, e os empregados, com remuneração superior a Cr\$ mil/mês, a 835 mil. Excluindo-se, dentre os autônomos e afins os que exercem atividades agrícolas (4,3 milhões), teríamos o seguinte contingente passível de caracterizar o mercado de que se trata:

Discriminação	Milhões
Magistério, Universitários e Profissionais Liberais	2,0
Empregadores	1,4
Autônomos Urbanos, Pequenos Empresários, etc.	3,6
<u>Total</u>	<u>7,0</u>

Tomando-se cifra moderada, isto é, dez exemplares por pessoa/ano, teríamos demanda equivalente a 70 milhões.

Sumariando a hipótese, ter-se-ia a indicação adiante:

(1) Em 1972, o magistério superior (58 mil) e secundário (372 mil) absorviam 430 mil pessoas. Os profissionais liberais, no último trimestre, eram 320 mil. Totalizavam, portanto, 750 mil. A matrícula no ensino superior em 1974 é dada como sendo e quivalente a um milhão.

Discriminação	Exemplares (Em Milhões)	
	Oferta Atual	Demanda Potencial
Livros Didáticos	50,0	70,0
Técnico-científicos, Li- terários, Ensaaios, Edi- ções para Venda em Mas- sa	30,0	70,0
Outros (1)	21,0	25,0
<u>Total</u>	<u>101,0</u>	<u>165,0</u>

(1) Admitida defasagem de apenas 30%.

As indicações precedentes são efetivadas com o único propósito de dispor da possibilidade de avançar alguma conclusão no que respeita às perspectivas reais da indústria editorial brasileira.

Embora os elementos mobilizados sejam assaz simplificados, é de todo insofismável que foram adotados parâmetros os mais conservadores, qual seja o de supor que a parcela que poderia integrar esse mercado não ultrapassaria dez por cento de nossa população urbana, ou que os universitários demandariam em torno de 2 livros/ano. Contudo, não caberia raciocinar em termos otimistas, porquanto nos privaria de uma opinião conclusiva.

As estimativas precedentes sugerem que o mercado pode registrar expansão da ordem de 50%, o que é de todo plausível. Equivaleria a índice inferior a 1,5 livros/habitantes/ano, quando o país, por suas dimensões continentais, pode aspirar perfeita-mente a produzir 2 livros por habitante/ano, o que o situaria ao nível de um terço da oferta espanhola (6 livros por habitante/ano). Semelhante proporção seria aliás inteiramente adequada, tendo em vista as peculiaridades dos dois mercados, de início as sinaladas.

1.4 - AUTORIA DOS LIVROS EDITADOS

Correspondendo a uma parcela das mais significativas da atividade cultural, o desejável é que a edição de livros sirva para promover o intercâmbio entre as nações, ao tempo em que coloque à nossa disposição a herança acumulada por outros povos e que constituem patrimônio comum. Essa premissa é válida tanto para a literatura em geral como para as publicações de caráter técnico-didático, em particular. O empenho de estreitar o contato com as aquisições culturais de outras nações não deve servir, contudo, para alimentar desconfiança em relação à nossa própria criação e, por essa via, desestimulá-la.

O confronto entre autores nacionais e estrangeiros é realizado apenas no que se refere a material didático, sendo que a estatística engloba aos livros e folhetos. Embora não possam ser comparados aos números antes comentados, vale transcrevê-los porquanto exprimem com propriedade a relação que se deseja estabelecer. Assim, o material didático em circulação nas escolas brasileiras é majoritariamente elaborado por autores nacionais. A presença dos autores estrangeiros é deveras diminuta e quase inexistente no ensino fundamental, figurando apenas no ensino superior. Desse modo, é provável que os encargos resultantes do pagamento de direitos autorais do exterior haja contribuído para o estabelecimento de proporções adequadas.

Os levantamentos de que se trata vão transcritos adiante.

QUADRO 1.1 - LIVROS E FOLHETOS TÉCNICOS

Ano e Nível	Títulos				Total (Número)
	Autor Nacional		Autor Estrangeiro		
	Número	%	Número	%	
<u>1971:</u>	<u>954</u>	<u>87,4</u>	<u>137</u>	<u>12,6</u>	<u>1.091</u>
- Médio	199	82,9	41	17,1	240
- Superior	755	88,7	96	11,3	851
<u>1972:</u>	<u>953</u>	<u>85,0</u>	<u>168</u>	<u>15,0</u>	<u>1.121</u>
- Segundo Grau	161	99,3	1	0,7	162
- Superior	792	82,5	167	17,5	959
	Tiragem				Total (Mil)
	Mil	%	Mil	%	
<u>1971:</u>	<u>3.897</u>	<u>85,7</u>	<u>647</u>	<u>14,3</u>	<u>4.544</u>
- Médio	962	84,4	178	15,6	1.140
- Superior	2.935	86,2	469	13,8	3.404
<u>1972:</u>	<u>3.114</u>	<u>69,8</u>	<u>1.347</u>	<u>30,2</u>	<u>4.461</u>
- Segundo Grau	1.444	98,7	19	1,3	1.463
- Superior	1.670	55,7	1.328	44,3	2.998

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

QUADRO 1.2 - LIVROS E FOLHETOS DIDÁTICOS

Ano e Nível	Títulos				Total (Número)
	Autor Nacional		Autor Estrangeiro		
	Número	%	Número	%	
1971:	<u>1.828</u>	<u>81,0</u>	<u>428</u>	<u>19,0</u>	<u>2.256</u>
- Primário	612	90,2	66	9,8	678
- Médio	559	92,0	48	8,0	607
- Superior	657	67,6	314	32,4	971
1972:	<u>2.249</u>	<u>88,9</u>	<u>279</u>	<u>11,1</u>	<u>2.528</u>
- Fundamental - 1ª.	1.094	97,7	26	2,3	1.120
- Fundamental - 2ª.	537	94,5	31	5,5	568
- Superior	618	73,5	222	26,5	840
	Tiragem				Total (Mil)
	Mil	%	Mil	%	
1971:	<u>44.012</u>	<u>93,6</u>	<u>3.012</u>	<u>6,4</u>	<u>47.024</u>
- Primário	25.466	98,3	495	1,7	25.961
- Médio	16.495	97,0	554	3,0	17.049
- Superior	2.051	51,1	1.963	48,9	4.014
1972:	<u>78.220</u>	<u>97,0</u>	<u>2.425</u>	<u>3,0</u>	<u>80.653</u>
- Fundamental - 1ª.	69.729	98,9	805	1,1	70.534
- Fundamental - 2ª.	7.429	92,6	591	7,4	8.020
- Superior	1.070	51,2	1.029	48,8	2.099

Fonte: Serviço de Estatística de Educação e Cultura.

2.0 - A INDÚSTRIA

2.1 - NÚMERO E DIMENSÕES DAS EMPRESAS

No inquérito do IBGE, realizado em 1972, ascendia a 340 o número de empresas editoras informantes, que poderiam ser agrupadas do seguinte modo:

- a) Editoras de jornais;
- b) editoras de revistas e publicações afins (guias, músicas, leis, etc.); e,
- c) editoras de livros.

A presente caracterização abrange apenas o último grupo. Consideradas as associadas do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, seu número ascenderia a 173. Tomando-se, entretanto, as que figuram habitualmente nos registros bibliográficos, com mais de três títulos/ano, reduz-se o subsetor a 136 empresas. Este contingente responde pela parcela fundamental da atividade editorial de que se trata.

Partindo-se do grupo de filiadas ao Sindicato, subdividem-se do seguinte modo:

Dimensões das Empresas (Capital em Cr\$ Milhões)	Número	%
<u>Pequenas</u> (menos de Cr\$ 1 milhão):	<u>117</u>	<u>67,6</u>
- Até Cr\$ 49 mil	41	23,6
- De Cr\$ 50 mil a menos de Cr\$ 500 mil	51	29,5
- De Cr\$ 500 mil a menos de Cr\$ 1 milhão	25	14,5
<u>Médias</u> (Cr\$ 1 milhão a menos de Cr\$ 6 milhões):	<u>39</u>	<u>22,6</u>
- De Cr\$ 1 milhão a menos de Cr\$ 2 milhões	18	10,5
- De Cr\$ 2 milhões a menos de Cr\$ 4 milhões	7	4,1
- De Cr\$ 4 milhões a menos de Cr\$ 6 milhões	14	8,0
<u>Grandes</u> (acima de Cr\$ 6 milhões):	<u>17</u>	<u>9,9</u>
- De Cr\$ 6 milhões a menos de Cr\$ 8 milhões	5	2,9
- De Cr\$ 8 milhões a menos de Cr\$ 10 milhões	5	2,9
- Acima de Cr\$ 10 milhões	7	4,0
<u>Total</u>	<u>173</u>	<u>100,0</u>

Fonte: SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros (dados de 1974).

Como se vê, do ponto-de-vista numérico, predominam as pequenas e médias editoras. Entretanto, quanto ao número de títulos e tiragens, a atividade principal é efetivada pelas grandes editoras e algumas dentre as médias.

2.2 - CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA

A atividade editorial concentra-se, numa proporção superior a 80%, na Guanabara e em São Paulo.

Embora se trate de um único ano (1972), os dados adiante transcritos são bem expressivos da distribuição espacial vigente.

<u>Estados</u>	<u>Exemplares (Em Mil)</u>	<u>%</u>
São Paulo	32.981	41,1
Guanabara	38.961	48,6
Rio Grande do Sul .	3.043	3,8
Minas Gerais	2.637	3,3
Distrito Federal ..	964	1,2
Outros	1.609	2,0
<u>Total</u>	<u>80.195</u>	<u>100,0</u>

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

2.3 - ESPECIALIZAÇÃO

As editoras brasileiras registram alto grau de especialização, sendo de destacar que, em alguns casos, é reduzido o número das que editam determinado tipo de livro.

A especialização coincide com a concentração nos seguintes tipos de textos:

- a) Livros didáticos;
- b) edições para venda em massa;
- c) literatura popular.

A última classificação compreende basicamente os denominados livros policiais ou afins.

Os três grupos considerados têm em comum a circunstância de que exigem grandes tiragens e, portanto, imobilização financeira representativa. Assim, o próprio mercado atua de forma seletiva e acaba por circunscrever o número das empresas.

As edições para venda em massa, utilizando as bancas de jornal e outras modalidades não convencionais, são patrocinadas por quantidade muito reduzida de editoras, cujo número não deve ultrapassar de cinco. Também a literatura popular é fomentada por quantidade análoga. E quanto aos livros didáticos, segundo se pode ver do Quadro 2.1, adiante inserido, treze editoras respondem por cerca de 90% das coedições patrocinadas pelo Ministério da Educação.

Também as editoras de livros didáticos, que marcam uma grande presença no mercado, ascendem a cerca de dez.

Os ensaios e os livros arrolados nesta análise como técnico-científicos (economia, sociologia, direito, etc.) são editados da forma a mais descentralizada, embora, em cada um dos ramos do conhecimento de que se trata, possam ser apontadas empresas de tradição e prestígio.

Os livros agrupados na Classe V, no Capítulo anterior, isto é, infantis, religiosos, de arte, etc., do mesmo modo que as grandes coleções (Classe IV), por sua própria natureza, exigem editoras especializadas.

Algumas das grandes editoras costumam atuar em mais de uma faixa do mercado (livros didáticos e, simultaneamente, grandes coleções e/ou material para venda em massa).

QUADRO 2.1 - BRASIL - TOTAL DE TÍTULOS COEDITADOS,
SEGUNDO AS EDITORAS (1972/1974).

Editoras	Número de Títulos Coeditados				
	1972	1973	1974	Total	%
Brasil	13	32	24	69	12,5
Ibep	16	21	23	60	10,9
Abril	6	26	24	56	10,2
Ao Livro Técnico	10	18	27	55	10,0
Tabajara	15	24	14	53	9,6
Nacional	15	12	13	40	7,2
Vigília	10	12	12	34	6,1
F.T.D.	6	10	14	30	5,4
José Olímpio	2	7	12	21	3,8
Série Cadernos Didáticos ..	-	7	11	18	3,2
Agir	5	6	6	17	3,0
Bloch	-	4	11	15	2,7
Conquista	1	7	6	14	2,5
Outras (1)	15	26	26	67	12,9
<u>Total</u>	<u>114</u>	<u>212</u>	<u>223</u>	<u>549</u>	<u>100,0</u>

Fonte: Instituto Nacional do Livro.

(1) Dezoito editoras, com menos de dez títulos no período.

Obs.: As coedições de livros didáticos iniciam-se no ano anterior ao da sua comercialização, razão pela qual são apresentados como abrangendo biênios. Considerou-se o ano em que as edições são entregues ao mercado.

2.4 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Na maioria dos casos, as editoras não atuam de modo integrado, isto é, contratam a terceiros tanto a impressão como a distribuição. (1)

O trabalho das editoras pode ser caracterizado como se segue.

As empresas dispõem, em geral, de Comissão Editorial que, tendo em vista a linha desenvolvida pela editora, efetiva a seleção dos originais. Pode dar-se o caso de que promovam a encomenda de texto a determinado autor. Quando se trata de livro estrangeiro, incumbe-lhe patrocinar a tradução e revisá-la. Nas duas últimas circunstâncias, os seus encargos estendem-se por um prazo mais dilatado.

Aprovado o texto pela Comissão Editorial (ou concluída a tradução) a editora deve dispor de pessoal especializado a fim de preparar o texto para encaminhamento à gráfica. Tratando-se de originais comuns, essa tarefa consiste apenas em marcar o tipo em que deve ser efetivada a composição, preparo da capa, etc. Os textos didáticos, em especial os do ensino fundamental, exigem desenhos, gráficos e outras ilustrações, requerendo mais tempo. (2)

Quase sempre, as próprias editoras incumbem-se de efetivar a revisão dos textos impressos, com o propósito de assegurar sua qualidade.

Concluído o trabalho gráfico, a editora deve dispor de depósito para receber os exemplares impressos.

Segue-se o trabalho de distribuição.

Nas edições comuns, entre a liberação do texto pela Comissão Editorial e a efetivação da entrega do primeiro contingente às livrarias, que é a circunstância mais freqüente, transcorre entre três e quatro meses.

(1) Na pesquisa realizada pela FGV, em 1971, de 102 editoras pesquisadas, 72 imprimiam seus livros em gráficas de terceiros (Produção de Livros no Brasil, pág. 42).

(2) Os critérios de seleção da forma a ser empregada na composição (tipográfica, offset ou retrogravura) são apontados no Anexo II.

2.5 - IMPRESSÃO (1)

A maioria absoluta das editoras recorre a terceiros para a impressão de livros. A pesquisa realizada pela FGV, antes referida, entre 102 editoras encontrou 26 dispondo de gráficas próprias. Destas últimas, oito constituíam empresas associadas. Apenas 16 eram departamentos das editoras.

A indústria gráfica exige imobilizações de vulto, tudo induzindo a que se constitua de modo autônomo e desvinculado das editoras. A exceção decorre do porte de algumas destas últimas, que virtualmente as obriga a dispor de seus próprios serviços gráficos.

De um modo geral, as gráficas não financiam a atividade das editoras. Dependendo do vulto da encomenda, recebem sinal, prestações intermediárias e saldo após a conclusão da tarefa. (2)

Pode-se afirmar que os problemas da indústria editorial de livros, em nosso país, não se situam no âmbito da impressão ou de suas relações com o parque gráfico.

(1) Os aspectos técnicos do problema acham-se caracterizados com abundância de detalhes nos Capítulos VI e VII do estudo Produção de Livros no Brasil, FGV, 1971.

(2) Na análise do balanço de 27 editoras, a pesquisa da FGV apurou que a participação das empresas gráficas na composição do capital de terceiros, em mãos das editoras, alcançou a média de 17,5% no triênio 1967/1969.

2.6 - DISTRIBUIÇÃO

Existe a crença generalizada de que o principal ponto do estrangulamento do setor reside na distribuição de livros, razão pela qual incumbe caracterizá-la, embora seja uma tarefa, segundo se referiu, desenvolvida de forma autônoma e independente da indústria editorial de livros.

A rede de distribuição de livros é integrada basicamente por 1.300 livrarias, computados os bazares e papelarias que se dedicam simultaneamente à tarefa. Essas unidades localizam-se, majoritariamente, no Rio de Janeiro, em São Paulo e mais algumas poucas cidades. A imensa maioria dos municípios (3.900) desconhece a atividade.

As livrarias são o veículo de distribuição dos livros técnico-científicos, dos livros literários, de arte, religiosos, de parte substancial dos livros didáticos, etc.

Recorrem a outros tipos de distribuição as edições para venda em massa (bancas de jornal e alguns outros pontos: supermercados, farmácias, cinemas, etc.), os livros didáticos (através das dependências do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais, diretamente nas escolas mas também por intermédio da rede convencional de livrarias, segundo se mencionou) e as coleções (vendedores que procuram diretamente os possíveis clientes).

Funcionam no país reduzido número de distribuidoras. Estas, como não poderia deixar de ser, somente se interessam por livros de venda assegurada e com tiragens de certo porte. Em tais circunstâncias, ficam com a maior parte da edição, mediante desconto de 55% do preço de capa. Estas distribuidoras, por sua vez, não contam com rede própria mas apenas reduzem a necessidade de giro das editoras. Transferem os exemplares seja às livrarias, seja às bancas de jornal. Neste último caso, somente para as edições com tiragens superiores a 20 mil exemplares, a fim de atender à maior parte da rede (18 mil bancas em todo o país que, recebendo um mínimo de três exemplares, já demandariam 54 mil exemplares). A distribuição em farmácias vem sendo feita por empresa especializada (1).

(1) Essa empresa mantém a propriedade do mostruário e dos livros expostos, repondo semanalmente os vendidos e só então efetuando a cobrança, com 30% de desconto.

Na maior parte dos títulos editados no país, o contato das editoras com as livrarias é feito de forma direta, isto é, sem a interveniência das distribuidoras.

Finalmente, as livrarias adquirem as edições mediante desconto de 30% sobre o preço de capa, quer as recebam diretamente das editoras ou por intermédio das distribuidoras. Estas não concedem às livrarias maior financiamento porquanto o prazo do faturamento é de 60 dias (fora o mês da entrega).

Não há sistema de vendas em consignação, segundo o qual a editora entregaria sua produção às livrarias (ou outros pontos de distribuição) para ressarcimento periódico. (1)

Do que precede, infere-se que a distribuição atua como fator limitante das tiragens, porquanto a rede convencional (livrarias) tem limitado poder de penetração. O Sindicato Nacional dos Editores de Livros estima que o país precisaria dispor de uma livraria (ou ponto de distribuição de livro) para cada 30 mil habitantes, de que resultaria a necessidade de mais de 30 mil estabelecimentos, ao invés dos 1.300 existentes.

Nos anos recentes, algumas editoras deram início à efetivação de edições para venda em massa através das bancas de jornal, com grande sucesso. Essa circunstância, a par do apoio decisivo que o governo vem proporcionando à edição de livros didáticos, assegurou a significativa ampliação do mercado. Contudo, cabe levar em conta que tal ocorreu sem qualquer mudança significativa na composição do ativo das editoras, isto é, o empreendimento não exigiu inversões fixas mas apenas a utilização para o fim considerado (venda de livros) de instalações que já funcionavam e existiam, efetuando a distribuição de jornais e publicações periódicas. Além de que a utilização dessa rede exigiu que as edições adquirissem características de periodicidade (fascículos para posterior encadernação; coleções, séries, etc.) - o que não pode ocorrer universalmente - defrontam-se com uma limitação física e não podem atender simultaneamente senão a reduzido número de títulos (do contrário acabariam transformadas em livrarias).

(1) No Anexo II, transcreve-se o depoimento de uma editora de grande porte, que contém a indicação dos procedimentos a que recorre para conseguir que todos os títulos que edita cheguem às livrarias (Ver item 2).

Parece evidente que mesmo a simples manutenção das taxas de crescimento da atividade editorial, registradas no período recente, pressupõem a efetivação de investimentos significativos no âmbito da distribuição. No setor, acredita-se que a solução seria a constituição de estabelecimentos assemelhados às bancas de jornal (tipo quiosque), distribuídos também com certa amplitude pelas diversas cidades, mas dedicando-se exclusiva ou majoritariamente à venda de livros.

2.7 - ESTRUTURA PATRIMONIAL

Embora pareça óbvio, convém enfatizar que o capital de giro não só corresponde à principal parcela do ativo imobilizado pelas editoras mas ocupa uma situação de predomínio absoluto. A propósito, a pesquisa da FGV, mencionada em outras oportunidades, concluiu que o "capital de giro representa mais de 80% do total do ativo".

Tomando-se a média do período analisado pela FGV - admitindo-se que as circunstâncias somente se teriam acentuado, em face dos aumentos do preço do papel - esta seria a composição do ativo:

Conta	%
<u>Imobilizado:</u>	<u>18,0</u>
- Terrenos e Edifícios	3,0
- Máquinas, Equipamentos e Instalações	8,0
- Outros	7,0
<u>Capital de Giro:</u>	<u>82,0</u>
- Disponível	10,0
- Estoque de Livros	20,0
- Financiamento Gráficas	-
- Financiamento Vendas	40,0
- Outros	12,0
<u>Total</u>	<u>100,0</u>

BNDE
AP/DEIOR

2.8 - PRINCIPAIS CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO DE CAPA

As editoras não dispõem de apropriação de custo mais rigorosa, sobretudo em face da dificuldade de ratear as despesas pelos diversos títulos. Por essa razão, ao fixar o preço de capa, adotam certas praxes universais, a saber: aplicação de multiplicador sobre o denominado "custo industrial" (despesas diretas passíveis de serem apropriadas); preço unitário por página, etc. Tais mecanismos são descritos no Anexo III.

Tomando a atividade englobadamente a fim de determinar quais os custos de maior incidência, verifica-se que as despesas financeiras e de distribuição podem equivaler a 60% do preço de capa. Os dois aspectos acham-se mutuamente entrelaçados. Quando alcançam tais limites, significa que a edição não deu lucro. Assim, este último é função de sua menor incidência.

Consideradas as duas modalidades básicas de comercialização (entrega da edição às distribuidoras ou distribuição através das livrarias) - e fazendo-se caso omissso do fato de que as duas formas mais das vezes se combinam, teríamos o seguinte modelo indicativo da incidência dos custos:

Discriminação	%	%
<u>Custos de Editoria: ..</u>	<u>30</u>	<u>55</u>
- Tradução, Copy-desk, Revisão, Capa e Administração	2	2
- Papel	8	8
- Direitos Autorais ..	10	10
- Lucros e Despesas Financeiras	10	35
<u>Impressão</u>	<u>15</u>	<u>15</u>
<u>Distribuição</u>	<u>55 (1)</u>	<u>30 (2)</u>
<u>Preço de Capa</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

(1) Desconto da Distribuidora.

(2) Idem da Livraria.

No primeiro caso - distribuidoras - nas edições ulteriores caem significativamente os custos da impressão, com aumen

to subsequente dos lucros. Precisamente em face dessa circunstância é que a intervenção das distribuidoras só se verifica para as edições de maiores tiragens. (1)

(1) Contém o Anexo III interessante conceituação do best-seller, levando-se em conta as circunstâncias brasileiras.

2.9 - SELEÇÃO DE TÍTULO E MARKETING

A grande maioria das editoras brasileiras acha-se em funcionamento desde largo período, existindo algumas que constituem autêntico patrimônio de nossa cultura. Contudo, na medida em que se consolidam, levadas por sua própria dinâmica, têm que se orientar por parâmetros outros que não os estritamente culturais, em muitos casos justamente o que as havia impulsionado inicialmente.

O mercado influi decisivamente na manutenção e consolidação de qualquer das linhas selecionadas pelas editoras. As que insistiram em ignorar a circunstância - quaisquer que tenham sido as razões - acabaram sendo eliminadas do setor. E tenha-se em conta que, considerando-se prazos dilatados, muitas foram as editoras tradicionais, com relevantes serviços, que terminaram por desaparecer.

Contudo, na atualidade dispõe o país de núcleo representativo de editoras consolidadas e que vêm conseguindo adaptar-se à economia de mercado, em muitos casos sem o abandono de suas responsabilidades culturais. Semelhante resultado deve ser enaltecido e valorizado porquanto constitui elemento imprescindível à dinamização da atividade.

Na atualidade, o núcleo mais representativo de qualquer das grandes linhas editoriais (livros didáticos, literários, técnico-científicos, etc.) aplicam técnicas de marketing, promovendo seus autores ou buscando adquirir os direitos de livros estrangeiros de sucesso; inovando em matéria de apresentação; recorrendo à propaganda, etc. Destaque-se a notável promoção que consistiu em incorporar novas parcelas do mercado às custas da utilização das bancas de jornal, graças ao que a produção de livros ampliou-se grandemente.

A consideração da existência de certo número de empresas experimentadas deve ser a premissa da introdução de novas modalidades de intervenção do Poder Público. A este compete contribuir para a elevação do nível cultural da atividade editorial no país. Ainda assim, a experiência de fazê-lo diretamente só se justifica quando se trata de preservar nosso acervo através da reedição de textos tornados clássicos, a exemplo das coleções mantidas pelo Instituto Nacional do Livro. A modalidade que parece haver aprovado amplamente consiste no sistema de coedições, consoante se evidenciará da análise a ser efetivada no Capítulo subsequente.

3.0 - APOIO OFICIAL

3.1 - EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL

Neste pós-guerra, tardou muito a que se esboçasse plenamente uma política oficial em relação à indústria editorial de livros, talvez pela circunstância de que as notas específicas desse subsetor não se tivessem evidenciado de modo pleno.

Durante largo período, o problema parecia suficientemente equacionado a partir dos seguintes elementos:

1. Aquisição favorecida de cambiais para importação de máquinas e papel;
2. manutenção da denominada Campanha Nacional de Material de Ensino, e,
3. aquisições de livros e edições próprias a cargo do Instituto Nacional do Livro.

A importação favorecida interessava mais particularmente ao parque gráfico e só indiretamente à indústria editorial de livros. O fato entretanto não era suficientemente reconhecido até que a política de eliminação de subsídios e de desenvolvimento ordenado da indústria levou a que se fixassem as linhas da modernização da indústria gráfica. Esse último objetivo vem sendo alcançado através dos órgãos do Ministério da Indústria e do Comércio, notadamente o Conselho de Desenvolvimento Industrial. Somente a partir daí é que se procurou isolar o subsetor, criando-se o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL). Entretanto, como não se tratava de disciplinar inversões fixas - a exemplo das atribuições do órgão paralelo, GEIPAG - Grupo Executivo das Indústrias do Papel e Artes Gráficas, logo incorporado ao CDI - o GEIL não chegou a exercer as funções típicas desse tipo de organismo, limitando-se a patrocinar a pesquisa, a cargo da FGV, divulgada com o título de Produção de Livros no Brasil(1971).

A Campanha Nacional de Material de Ensino foi instituída em 1956, dedicando-se à aquisição e revenda a preços reduzidos do material de uso freqüente por alunos e professores (cadernos, guias, dicionários, etc.). Em 1967, foi transformada em Fundação (Fundação Nacional do Material Escolar - FENAME). O órgão patrocinou a edição de alguns atlas. Evidenciou-se contudo que, embora tivesse atribuições pertinentes, não chegava a desem

penhar maior papel no que respeita à indústria de livros.

Quanto ao Instituto Nacional do Livro, criado em 1937, tinha por incumbência editar a Enciclopédia Brasileira e reeditar obras raras do interesse da cultura brasileira. A lei dava-lhe também a incumbência de contribuir para o barateamento da edição de livros no país. Carente de recursos, o INL não cumpriu qualquer das suas funções iniciais. Começou mas não deu continuidade ao programa de obras raras, do mesmo modo que o preparo da Enciclopédia. E quanto ao barateamento das edições, limitou-se, até período recente, a adquirir certa quantidade de livros para distribuição entre bibliotecas. A instituição foi reanimada nos últimos anos mas graças a outras atribuições, logo a seguir caracterizadas.

A intervenção oficial no mercado livreiro somente passou a adquirir significado e obedecer a critérios plenamente adequados a partir de fins do decênio passado, com a criação da COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, de cuja atuação resultou um programa efetivo no que respeita aos livros didáticos e técnico-científicos. Segundo se referirá adiante, foi encontrada a fórmula adequada - a edição conjunta, pelo governo e as editoras, isto é, a coedição - e que se tem aplicado com a requerida continuidade.

3.2 - COEDIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E TÉCNICOS

A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático - COLTED, graças à disponibilidade de recursos orginários, inicialmente, dos acordos entre o MEC e a USAID, contou desde logo com a possibilidade de ter atuação destacada no mercado de livros, o que não tivera lugar no curso das experiências anteriores.

Nos primeiros anos de funcionamento, o órgão atuou preferentemente na linha de aquisição de livros às editoras, para distribuição nos vários níveis do ensino. Até 1970, distribuiu cerca de 7,5 milhões de exemplares.

Através do Decreto nº 68.728, de 9 de junho de 1971, a Presidência da República extinguiu a COLTED e criou o Programa do Livro Didático, a ser executado pelo Instituto Nacional do Livro. Em novembro do mesmo ano, a cargo também do INL, instituiu-se o Programa do Livro Texto para o Ensino Superior. Tais iniciativas correspondiam à generalização da experiência passada, concentrando-se na efetivação de coedições. Por essa forma, instituiu-se mecanismo capaz de contribuir efetivamente para o aprimoramento dos manuais e compêndios, mediante a especialização das editoras, obrigadas a elaborar programas de médio prazo, justificados coerentemente. O INL, ao aprovar tais programas, compromete-se a adquirir parcela substancial das edições. Os editores, por sua vez, ficam com parte das tiragens para comercialização direta. As aquisições do INL são doadas a bibliotecas, na maioria dos casos pertencentes a unidades escolares. O número de estabelecimentos atendidos vem crescendo significativamente, tendo correspondido a mais de 14 mil, em 1973, localizados em cerca de 1.500 municípios.

O Programa do Livro Didático patrocinado pelo Governo Federal assegurou a significativa expansão das edições desse tipo. A tiragem total dos livros coeditados alcançou 37,8 milhões de exemplares, no biênio 1972/1973, correspondendo a 44,5% do total de livros didáticos editados no país. A execução do programa inicia-se em fins do primeiro semestre do ano anterior, de forma que os livros sejam colocados à disposição dos usuários no início do ano seguinte, antes do começo das aulas. O preço médio dos livros didáticos coeditados alcançou Cr\$ 4,24, em 1972, e Cr\$ 4,30, em 1973. Resultados preliminares indicam que, em 1974, a participação das coedições na atividade editorial dessa

parcela do mercado haja ultrapassado 50%, desde que sua tiragem teria sido superior a 25 milhões de exemplares.

O Programa do Livro Didático subdivide-se em três subprogramas: PLIDEF (Livro Didático do Ensino Fundamental); PLIDEF (5ª e 8ª séries) e PLIDEM. O segundo acha-se voltado para as escolas polivalentes (210 no país, com 252 mil alunos), re querendo de início cerca de 1,3 milhão de livros.

A atividade oficial na esfera das coedições completa-se pela manutenção do PLITES (Livro Texto para o Ensino Superior). O Programa de que se trata já patrocinou 63 títulos, todas obras de alto padrão, conforme se pode ver das indicações contidas no Quadro 3.1.

Em resumo, as coedições do biênio 1972/1973 (1), distribuem-se do seguinte modo:

Discriminação	Exemplares (Em Mil)
<u>Instituto Nacional do Livro</u>	<u>23.479</u>
- Ensino Fundamental-PLIDEF	23.150
- Ensino Superior-PLITES ..	241
- Ensino Médio-PLIDEM	88
<u>Editoras</u>	<u>14.371</u>
<u>Total</u>	<u>37.850</u>

Fonte: INL - Instituto Nacional do Livro.

(1) Considerado o ano da comercialização. A estatística do INL toma por base os biênios 1971/72 e 1972/73, para abranger não apenas o ciclo da comercialização mas também o do preparo das edições.

QUADRO 3.1 - LIVROS TÉCNICO-CIENTÍFICOS EDITADOS NO
BIÊNIO 1972/1973.

(Programa de Livro Texto para o Ensino Superior)

Área, Título e Autor	Editora	mes	Nº. de Vo- lu- lu-	Tiragem por Volume (Em Mil)		Preço Por Título (Cr\$)		Redu- ção (%)
				Total	INL	Sem Coe dição	Com Coe dição	
<u>Administração/Econo - mia:</u>								
1. Introdução à Aná- lise Econômica , Paul Samuelson ..	Agir		2	30	7	80	60	25,0
2. Análise Estatísti- ca e Processo De- cisório, Summers.	FGV		1	6	2	100	50	50,0
3. Teoria Contábil , A.M. Florentino .	FGV		1	7	3	20	17	15,0
4. Administração Fi- nanceira, Johnson	Pionei- ra		2	13	5	84	60	28,5
5. Custos Princí- pios, Cálculo e Contabilização,A. M. Florentino ...	FGV		1	5	1	25	20	20,0
6. Estatística Geral e Aplicada para Economistas, Kar- mell/Polasek	Atlas		1	5	2	45	30	33,3
7. Teoria das Finan- ças Públicas, R. A. Musgrave	Atlas		2	10	2	70	50	28,5
8. Instituições de Direito Público e Privado, Pinho/ Nascimento	Atlas		1	7	3	35	20	42,8
9. Administração de Materiais, J. Ser- queira Araújo ...	Atlas		1	6	3	30	20	33,3
10. Geografia Econômi- ca, Manoel C. An- drade	Atlas		1	5	2	30	20	33,3
11. Psicologia Social das Organizações, Katz/Kahn	Atlas		1	6	3	50	30	40,0
12. Economia Interna- cional, P.T. Ells- worth	Atlas		1	5	2	45	30	33,3
13. Matemática para E- conomistas, Taro Yamane	Atlas		1	8	7	50	30	40,0

-continua-

Quadro 3.1 - fls. 2 -continuação-

Área, Título e Autor	Editora	mes	Nº. de Vo- lu- lu-	Tiragem Por Volume (Em Mil)		Preço Por Título (Cr\$)		Redu- ção (%)
				Total	INL	Sem Coe- dição	Com Coe- dição	
14. Economia, Stigum e Stigum	Blucher	2		18	5	90	63	30,0
15. Sistema de Preços e Alocação de Recursos, Leftwich.	Pionei- ra	1		8	2	40	30	25,0
16. Economia Interna- cional, C. Kindle- berg	Mestre Jou	2		10	2	60	46	23,3
17. Gerência Econômi- ca de Estoques e Compras, J. Corrêa	FGV	1		5	2	60	32	46,6
18. Introdução à So- ciologia, T. B. Bottomore	Zahar	1		10	5	25	20	20,0
<u>Saúde:</u>								
1. Fisiologia Médi- ca, Ganong	Atheneu SP	1		4	2	104	70	32,6
2. Um Estado de Bio- logia, Baker	Blucher	1		7	3	78	64	18,0
3. Histologia, Balley e outra	Blucher	1		5	2	140	95	32,1
4. Micologia Médica, C.S. Lacaz	Sarvier	1		3	1	105	80	23,8
5. Genética Médica, Beçak/Frota Pes- soa	Sarvier	1		5	2	120	70	41,6
6. Microbiologia, Da- vis/Delbeco	Edart	4		32	15	285	225	21,0
7. Fundamentos de Farmacologia, M. Rocha e Silva ...	Edart	2		10	4	110	80	27,2
8. Vida dos Microó- bios, Sistrom ...	Pionei- ra	1		8	2	18	16	11,1
9. Cirurgia Geral e Especializada, J. B.R. Alves	Vega	8		32	14	800	500	37,5
10. Manual de Bioquí- mica, Conn/Stumpt	Blucher	1		5	3	44	35	20,4
11. Atletismo nas Es- colas, Guia Práti- co de Treinamen- to, R.F. Kring ..	Cultrix	1		5	2	30	22	26,6
12. Pediatria Básica, P. Alcântara/ E. Marcondes	Sarvier	2		14	4	350	240	31,4

Quadro 3.1 - fls. 3 -continuação-

Área, Título e Autor Editora	Nº. de Vo- lu- mes	Tiragem Por Volume (Em Mil)		Preço Por Título (Cr\$)		Redu- ção (%)
		Total	INL	Sem Coe dição	Com Coe dição	
Engenharia/Tecnologia:						
1. Cálculo - Um Curso Universitário, E. Moise	Blucher	2	14	7 72	60	16,6
2. Mecânica Vetorial para Engenheiros, Johnston	McGraw-Hill	2	8	4 118	96	18,6
3. Curso de Mecânica, A. Fonseca ..	Ao Livro Técnico	4	14	6 128	96	25,0
4. Estruturas Algebricas, S. Lang .	Ao Livro Técnico	1	5	1 24	20	16,6
5. Cálculo e Álgebra Linear, Kaplan ..	LTC	4	32	10 166	118	28,9
6. Física, Resnick/Halliday	Ao Livro Técnico	4	32	12 170	120	29,4
7. Resistência dos Materiais, J.F.da Silva	Ao Livro Técnico	1	3	1 22	17	22,7
8. Mecânica dos Solos e Suas Aplicações, H.P. Caputo	LTC	2	10	3 68	53	22,1
9. Mecânica dos Fluidos, I. Shames ..	Blucher	2	10	3 56	50	10,7
10. Manual de Hidráulica, A. Netto ..	Blucher	2	10	3 78	70	10,2
11. Princípio das Ciências dos Materiais, Van Vlack.	Blucher	1	3	1 40	37	7,5
12. Abastecimento d'água, Babgi H. e outros	Blucher	1	3	1 43	37	13,9
13. Introdução a Sistemas Elétricos de Potência, E.J. Robba	Blucher	1	5	2 38	30	21,0
14. Química Inorgânica, O.A. Ohlweil - ler	Blucher	2	10	5 86	66	23,2
15. Introdução à Mecânica Quântica, H. A. Pohl	Blucher	1	4	2 26	17	34,6

-continua-

Quadro 3.1 - fls. 4 -continuação-

Área, Título e Autor	Editora	mes	Nº. de Vo- lu- mes	Tiragem Por Volume (Em Mil)		Preço Por Título (Cr\$)		Redu- ção (%)
				Total	INL	Sem Coe dição	Com Coe dição	
16. Comportamento Ele- trônico e Magnéti- co dos Materiais, Allen Nussbaum ..	Blucher	1	4	4	30	18	40,0	
17. Vetores e Geome- tria, W.M. Oliva.	Blucher	1	5	2	18	14	22,2	
18. Cálculo Vetorial e Geometria Analí- tica, M.H. Novaes	Blucher	1	5	2	18	14	22,2	
19. Princípios de Transmissão de Ca- lor, F. Kreith ..	Blucher	1	7	4	65	50	23,0	
20. Mecânica - Curso de Física Berke- ley vol. I - C. Kittel	Blucher	1	7	4	70	50	28,5	
21. Eletricidade e Mag- netismo - Curso de Física Berke- ley vol. II - E. M. Parcell	Blucher	1	4	2	70	57	18,5	
22. Introdução ao Cál- culo, P. Boulous ..	Blucher	2	16	5	50	36	28,0	
23. Fundamentos de Qui- mica Analítica - Quantitativa, Otto A. Ohweller	LTC	3	15	6	189	105	44,4	
24. Introdução à Ciên- cia dos Computado- res, F. Scheld ..	McGraw- Hill	1	5	2	33	22	33,3	
25. Resistência dos Materiais, William A. Nash	McGraw- Hill	1	6	2	30	22	26,6	
Educação:								
1. Currículo Moderno, R.S. Fleming	Cidadador	1	5	3	60	35	41,6	
2. Filosofia da Edu- cação, J.D.Redden	Agir	1	5	2	50	22	56,0	
3. Psicologia da Cri- ança, A.T.Jersild	Itati- aia	1	10	3	60	25	58,3	
4. Elementos de Psi- cologia, Ktech/ Crutchfield	Pionei- ra	2	12	8	65	50	23,0	

-continua-

Quadro 3.1 - fls. 5 -continuação-

Área, Título e Autor Editora	Nº. de Vo- lu- mes	Tiragem Por Volume (Em Mil)		Preço Por Título (Cr\$)		Redu ção (%)	
		Total	INL	Sem Coe dição	Com Coe dição		
5. Estudos de Problemas Brasileiros, H. Torloni	Pionei- ra	1	10	5	18	15	16,6
6. Teoria da Aprendizagem, E. Hilgard.	EPV	1	6	3	60	35	41,6
7. O Livro na Educação, Cláudio Z. Dib e outros	Primor	1	5	2	27	19	29,6
8. Planejamento e Organização do Ensino, L.E. Saldanha e outros	Globo	1	7	4	36	28	22,2
<u>Total</u>		<u>99</u>	<u>588</u>	<u>241</u>	<u>54</u> (1)	<u>37</u> (1)	<u>32,2</u>

Fonte: INL - Instituto Nacional do Livro.

(1) Preço Médio.

3.3 - ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Universidade de São Paulo, a partir de 1964, decidiu atuar no sentido da melhoria e do barateamento de textos requeridos pelos universitários. Para tanto, criou a Editora da USP. Esta, ao invés de lançar-se a atividade concorrente da iniciativa privada, deu início às coedições.

Para os livros aprovados pela Comissão Editorial da Universidade, a Editora da USP adquire a quantidade requerida para assegurar a sua publicação. Os exemplares em seu poder são em parte doados a instituições nacionais e estrangeiras. A maior parcela, entretanto, destina-se à venda, a professores e alunos, a preços de custo. As editoras, por sua vez, ficam com parte das tiragens para venda em livrarias.

Desde a sua fundação, a Editora da USP já patrocinou a coedição de 800 títulos, 300 entre 1964 e 1969 e os 500 restantes no período 1970/1º sem. 1974. Nos últimos três anos a média anual oscila em torno de 120 títulos.

O apoio da Editora da USP tem assegurado a manutenção de coleções de alto nível e de grande interesse cultural, podendo-se citar: os Textos de Estética da Editora Perspectiva; a Coleção Estante do Pensamento Brasileiro, dirigida pelo prof. Miguel Reale, ex-reitor da Universidade, que tem patrocinado reedições críticas de pensadores brasileiros; a Coleção Estante de História e Filosofia da Educação, dirigida pelo prof. Roque Spencer Maciel de Barros, etc. No que respeita às ciências exatas e à tecnologia, a Editora da USP tem divulgado textos de grande significação, de autores brasileiros e estrangeiros, em matéria de genética, física, química, geociências, matemática e engenharia.

Embora a maioria das Universidades disponham de organismos semelhantes (editoras), têm se limitado a promover diretamente algumas edições. Elaboradas à margem do mercado, praticamente não circulam na rede convencional. A vantagem das coedições decorre precisamente do fato de que, reduzindo a imobilização das editoras, assegura a divulgação de obras cujo prazo de comercialização é, em geral, relativamente dilatado.

4.0 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.0 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise precedente permitiu evidenciar os aspectos essenciais da atividade editorial de livros no Brasil. Assim, conclui-se desde logo que o país dispõe de núcleo representativo de empresas devidamente qualificadas para o desempenho da tarefa, enquanto o mercado registra níveis significativos de expansão. Também no que respeita à intervenção oficial, chegou-se a um modelo adequado de atuação, isto é, o sistema de coedições. O Poder Público intervém para assegurar e fortalecer o caráter empresarial das editoras ao mesmo tempo em que facultar-lhes os meios de preservação do nível cultural das publicações.

O aprofundamento do exame levou à identificação dos fatores reais de dinamização do mercado: a coedição de livros didáticos e a incorporação da rede de bancas de jornal à distribuição de determinados textos. Estes procedimentos, têm, entretanto, a peculiaridade de que não se aplicam universalmente a todas as parcelas do setor. Vale dizer: nem o Poder Público pode se transformar no grande mercado, para todos os tipos de livros, nem as bancas de jornal podem absorver grande quantidade de títulos. Assim, mesmo a simples manutenção das taxas de crescimento dos últimos anos deve exigir novas iniciativas.

O problema não se reduz contudo a manter os níveis de crescimento alcançados, mas de incorporar ao mercado novos contingentes da população. O confronto entre a atividade editorial no Brasil e no exterior sugere que logramos chegar a quantidade razoável de títulos publicados anualmente (em torno de sete mil), consideradas as limitações territoriais que a língua portuguesa impõe à circulação das edições efetivadas em nosso país. Contudo, as tiragens ainda se apresentam muito reduzidas, com sérios reflexos sobre os preços. A redução destes últimos deve fomentar significativa ampliação das parcelas consumidoras.

A questão crucial diz respeito à distribuição. A forma adequada de permitir a melhor utilização da rede convencional (livrarias) é instituir a praxe de entrega dos livros para venda em consignação ou para faturamento a 180 dias. Na atualidade, a consignação não existe e os prazos concedidos às livrarias não ultrapassam sessenta dias (fora o mês da entrega). A circunstância leva a indústria a patrocinar tiragens mínimas, para reduzir

as imobilizações, e a evitar maiores riscos, circunscrevendo sua atuação às edições de vendagem previamente assegurada. Assim, não há uma política agressiva em relação ao mercado, salvo para os poucos títulos que se prestam à distribuição nas bancas de jornal.

Em última instância, reduz-se o problema a uma questão de capital de giro, cuja solução inclui-se perfeitamente na alçada do BNDE. Contudo, em vista da situação peculiar dessa atividade, a interveniência do Banco somente se justificaria se tivesse em vista contribuir para a elevação do nível cultural da população, desde que este tem sido o objetivo da intervenção governamental ao longo do tempo.

O BNDE não pode, certamente, repetir a experiência das coedições. Contudo, cabe valorizá-la devidamente, preservando-lhe o espírito, isto é, sabendo combinar as iniciativas tendentes a fortalecer a iniciativa privada ao mesmo tempo em que lhes apresenta as exigências requeridas, no que se refere ao nível cultural dos textos.

Acredita-se que o BNDE poderia atender a semelhantes objetivos criando uma linha de crédito para capital de giro ao mesmo tempo em que condicionaria a sua concessão à apresentação de programa editorial de elevado padrão. De todos os modos, as vendas em consignação ou a 180 dias deveriam constituir exigência primordial.

Dispondo de capital de giro, em condições que não venham onerar seus custos financeiros - que se apresentam excessivamente elevados - as editoras poderiam lançar-se a programas de mais largo prazo, com tiragens mais audazes (nunca inferiores a 5 mil exemplares), assegurando seu acesso à rede de livrarias. Este programa seria passo significativo para o equacionamento, de forma mais abrangente, dos problemas dessa indústria.

A par disto, contudo, caberia dar início, simultaneamente, a um outro programa que objetivasse basicamente a ampliação da rede de distribuição. Embora a possibilidade de efetivar vendas em consignação deva assegurar às editoras maiores tiragens e melhor utilização da rede convencional, salta às vistas o caráter limitado desta última (1.300 postos quando seriam requeridos 20 ou 30 mil). O financiamento pelo BNDE pode levar à adoção de iniciativas mais audaciosas na matéria, a exemplo do cogi

tado quiosque especializado na venda de livros, com disseminação que tendesse a equiparar-se às bancas de jornal. O objetivo seria levar as editoras a investir na distribuição, deixando naturalmente a seu cargo a seleção das modalidades a serem utilizadas. Podendo dar-se o caso de que, ao empresário, pareça conveniente integrar-se também na esfera da impressão, caberia igualmente admiti-la.

Finalmente, competiria exigir das empresas beneficiadas que patrocinassem concursos literários, visando estimular aos autores nacionais.

A N E X O S

ANEXO I - ANÁLISE CRÍTICA DA BASE
ESTATÍSTICA DISPONÍVEL

ANEXO I - ANÁLISE CRÍTICA DA BASE ESTATÍSTICA DISPONÍVEL

No caso das atividades da indústria editorial brasileira, ao contrário de outros setores, dispõe-se de variada gama de informações estatísticas que são entretanto mal elaboradas e apuradas segundo processos rotineiros. De acordo com a legislação, todo editor é obrigado a encaminhar à Biblioteca Nacional e exemplares de suas publicações, acompanhados de informações correlatas, inclusive tiragem, preço de capa, etc. Embora inexistam mecanismos de fiscalização, as editoras em geral cumprem com tal exigência - e até com certa largueza, estendendo-a, voluntariamente, às Bibliotecas Estaduais - desde que é do seu interesse promover suas obras e divulgá-las.

A Biblioteca Nacional teria, em contrapartida, que editar a denominada bibliografia corrente. Mal aparelhada, carente de recursos, a instituição jamais conseguiu desincumbir-se a contento da tarefa. Num certo período, a obrigação foi atribuída, concomitantemente, ao Instituto Nacional do Livro. Publicaram-se, então, a Bibliografia Brasileira, anual, pelo INL, e o Boletim Bibliográfico, pela Biblioteca Nacional, com periodicidade de variada, ora trimestral, ora semestral. Finalmente, em fins da década de sessenta, optou-se pela extinção das duas publicações, substituída primeiro pela Bibliografia Brasileira Mensal, a cargo do INL e, a partir de 1973, pelo Boletim Bibliográfico (trimestral), da Biblioteca Nacional. Em número recente da revista do IBBD - Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Edson Neri da Fonseca relata os percalços da iniciativa. (1)

A base estatística disponível reflete, pois, as limitações da bibliografia corrente. Embora a equipe incumbida da missão seja a mais qualificada, a precariedade de recursos tem impedido que elabore informações precisas, divulgadas em tempo hábil.

Os dados oficiais consignam, por volta de 1944, tiragem total de 8 milhões de exemplares. Em meados da década de cinquenta de mais de 20 milhões e, em fins do decênio, de cerca de 40 milhões.

(1) Bibliografia Brasileira Corrente: evolução e estado atual do problema. Ciência da Informação, 1(1):9-14, 1972.

No ciclo posterior, são os seguintes os dados para aqueles anos em que se dispõe de estatística confiável (2):

Anos	Nº de Títulos		Tiragem		Tiragem Média (Mil Exemplos)
	Número	Índice	Mil Exemplares	Índice	
1959 ...	4.015	100	41.295	100	10
1962 ...	3.538	88	66.559	161	19
1963 ...	4.010	100	54.223	131	14
1964 ...	3.882	97	51.913	126	13
1969 ...	5.105	127	68.068	165	13
1971 ...	7.190	179	80.195	194	11
1972 ...	7.066	176	86.616	210	12

Fonte: SEEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Em relação a 1972, os totais apresentados pela fonte indicada (135,8 milhões) foram corrigidos com base nos dados oficiais da edição de livros didáticos, confronto que patenteia, no primeiro caso, terem sido arrolados, em conjunto, publicações caracterizáveis como folhetos.

A discriminação e a classificação adotadas pelo SEEC constam dos Quadros I a IX, adiante inseridos, relativos aos anos de 1969, 1971 e 1972. Tentou-se reagrupá-los, em prol de classificação mais operativa, apurando-se estes resultados:

Discriminação	Tiragem (Em Porcentagem)		
	1969	1971	1972
Livros Didáticos	60,5	32,2	48,1
Técnico-Científicos	9,1	18,6	14,4
Literários e Ensaaios ...	9,1	29,2	18,4
Arte, Grandes Coleções, Infantis, Religiosos ...	21,3	20,0	19,1
<u>Total</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>

Na classificação oficial, considera-se como categoria única os livros literários e os compêndios de literatura e português, de que resulta superestimação de tais edições, de forma bastante visível, em 1971. Também a fronteira entre os livros técnico-científicos e didáticos é mal definida.

Contudo, à luz de tais elementos é possível compor o modelo adiante:

Discriminação	Ano de 1972	
	Participação Percentual	Tiragem (Milhões de Exemplares)
Livros Didáticos .	50	43,3
Técnico-Científicos	10	8,6
Literários, Ensaaios, edições de massa	17	15,0
Arte, Propaganda , Livros Infantis e Grandes Coleções .	23	19,7
<u>Total</u>	<u>100</u>	<u>86,6</u>

ANEXO IV - RELAÇÃO DAS EDITORAS COM MAIS
DE TRÊS TÍTULOS/ANO

ANEXO IV - RELAÇÃO DAS EDITORAS COM MAIS DE TRÊS TÍTULOS/ANO

1. Abril ✓
2. Ao Livro Técnico ✓
3. Agir
4. Américas
5. APEC ✓
6. Artenova ✓
7. Aguillar ✓
8. Acadêmica
9. Americana
10. Alba
11. Aurora
12. Alfa-Sigma
13. Atheneu
14. Ática
15. Atlas ✓
16. Bloch
17. Brasiliense ✓
18. Biblos
19. Boa Leitura
20. Borsoi ✓
21. Brasil ✓
22. Bruguera
23. Brasilart
24. Biblioteca do Exército
25. Blucher
26. Best-seller
27. Cia. Editora Nacional ✓
28. Casa Publicadora Batista
29. Cia. Editora Americana
30. Conquista
31. Científica
32. Catedral
33. Civilização Brasileira
34. Cultrix ✓
35. Cia. Brasileira de Artes Gráficas
36. Clube do Livro
37. Cupolo
38. Cedibra
39. Camino Suave

40. Delta
41. Edições de Ouro
42. Espetáculo
43. Elos
44. Eldorado
45. EPU (ex-Herder)
46. Edart
47. Espiritualista
48. Eco
49. Eddal
50. Edild
51. Expressão e Cultura
52. Francisco Alves
53. Forense
54. Federação Espírita Brasileira
55. F.T.D.
56. Fundo de Cultura
57. Freitas Bastos
58. Fulgor
59. Fundação Getúlio Vargas
60. Forum
61. Formar
62. G.R.D.
63. Globo
64. Germinal
65. Guanabara Koogan
66. Gernasa
67. Grijalbo
68. IBRASA
69. Irradiação
70. Itatiaia
71. Imago
72. Ibep
73. José Olympio
74. J. Ozon
75. J. Konfino
76. J. Alvaro
77. Júpiter
78. Kosmos
79. Loyola
80. Loqui
81. Lectorium Universalis
82. Livros Cadernos

83. Leitura
84. Laemmert
85. Lidador
86. Landes
87. Livros de Portugal
88. Ler
89. Lelo
90. Lemi
91. Liceu
92. Letras e Artes
93. Livros Técnicos-Científicos - LTC
94. Lisa
95. Mestre Jou
96. Melhoramentos
97. Monterrey
98. Max Limonad
99. Minerva
100. Martins
101. Movimento Perspectiva - B. Hte.
102. McGraw-Hill do Brasil
103. Nova Fronteira
104. Normas Unidas
105. Nacional de Direito
106. Nobel
107. Nautilus
108. O Cruzeiro
109. Obelisco
110. Pongetti
111. Paulinas
112. Paz e Terra
113. Perspectiva
114. Pensamento (espírita)
115. Pioneira
116. Primor
117. Quadrante
118. Revista dos Tribunais
119. Rio Gráfica Editora
120. Record
121. Renes
122. Saga
123. Sugestões Literárias
124. Sulina
125. Saraiva

- 126. Sabiá
- 127. Sarvier
- 128. Tabajara
- 129. Tridente
- 130. Tempo Brasileiro
- 131. (Edições) Trabalhistas
- 132. Três
- 133. Vechi
- 134. Vozes
- 135. Vega
- 136. Vigília
- 137. Zahar.

Fonte: Biblioteca Nacional e Instituto Nacional do Livro (bibliografia corrente).